



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: “Restauração Conservadora e novas resistências”
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Educação e política social.

O OLHAR DOS GESTORES SOBRE A POLÍTICA SOCIAL DA EJA

Maria Raidalva Nery Barreto¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é evidenciar a gestão social da EJA no Território de Identidade do Sisal-BA, com base na pesquisa realizada pelo Observatório Educação de Jovens e Adultos do Território do Sisal - Bahia (OBEJA-BA), nos municípios de Conceição do Coité, Santa Luz, Araci, São Domingos, Serrinha, Santaluz e Valente. Para construção desse artigo, foi realizada uma análise documental, referentes aos dados obtidos no decorrer do ano de 2013, envolvendo: referências bibliográficas, documentos e dados estatísticos de órgãos oficiais, informações obtidas com a aplicação de questionários e grupos focais. O levantamento sistemático e socialização destas informações indicam a necessidade de desenvolver ações com a finalidade de melhorar a gestão social no Território supracitado.

Palavras-chave: EJA; Gestão Social; Observatório.

THE LOOK OF THE MANAGERS ON THE SOCIAL POLICY OF THE EJA

Abstract

The objective of this work is to highlight the social management of the EJA in the Territory of Identity of Sisal-BA, based on the research carried out by the Observatory of Youth and Adult Education of the Territory of Sisal - Bahia (OBEJA-BA), in the municipalities of Conceição do Coité, Santa Luz, Araci, São Domingos, Serrinha, Santaluz and Valente. For the construction of this article, a documentary analysis was carried out, referring to the data obtained during the year of 2013, involving: bibliographic references, documents and statistical data of official bodies, information obtained with the application of questionnaires and focus groups. The systematic survey and socialization of this information indicate the need to develop actions aimed at improving social management in the aforementioned Territory.

Keywords: EJA; Social Management; Observatory.

1 INTRODUÇÃO

As especificidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA) são marcadas pelas diversidades de sujeitos, percursos pedagógicos e intervenções de políticas públicas. Embora não tenha uma “identidade” definida, as várias experiências de reconfigurações dessa modalidade educativa brasileira permitem estruturar políticas públicas necessárias aos sujeitos que a constituem (ARROYO, 2011). Os Observatórios de Educação, como centros de pesquisa, estimulam a criação de redes de colaboração entre pessoas,

¹ Licenciada em Pedagogia. Mestre em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional. Doutoranda em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (PPGEdU/UNEB). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia (IFBA). E-mail: raibarreto@gmail.com.

interinstitucionais e, mesmo, virtuais que podem construir também relações criativas, inovadoras para a atuação no meio social.

A pesquisa intitulada “Observatório de Educação de Jovens e Adultos do Território do Sisal (OBEJA) – Bahia: Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA”, (OBEJATIS/UNEB/CAPES), com apoio financeiro da CAPES/MEC e realizada pelo Grupo de Pesquisa Teoria Social e Projeto Político Pedagógico (TSPPP), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC/DEDC I/UNEB), contou com apoio e participação de três Departamentos de Educação da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – nos seguintes Campi: Campus I – Salvador, Campus XIV – Conceição de Coité e Campus XI – Serrinha. Destaca-se também a participação das Secretarias de Educação dos municípios envolvidos na pesquisa e dos movimentos sociais locais.

O presente tem por objetivo apresentar a Gestão Social da Educação de Jovens e Adultos no Território de Identidade do Sisal – Bahia sob o olhar dos gestores da EJA, tendo como base os resultados da pesquisa realizada entre os anos de 2013 e 2015, em seis municípios do Território de Identidade do Sisal: Conceição do Coité, Santaluz, Serrinha, Araci, São Domingos e Valente.

A pesquisa do OBEJA utilizou como estratégia metodológica uma abordagem pluralista, através da realização de pesquisa quanti-qualitativa sobre a EJA, em seis municípios do Território de Identidade do Sisal. A pesquisa quantitativa visou traçar o perfil geral dos sujeitos da EJA mediante a aplicação de 695 questionários envolvendo estudantes, professores, coordenadores pedagógicos e gestores. Utilizaram-se, ainda, os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC-BA), da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN).

Na análise qualitativa das comunidades escolares e locais dos seis municípios envolvidos no projeto, utilizou-se de diversos instrumentos, a exemplo da Observação Participante, do Grupo Focal e da Caravana da Escuta. Foram realizadas também reuniões de investigação-ação-participativa com os movimentos e organizações sociais locais e entrevistas semiestruturadas com as instituições promotoras de ações de EJA no Território de Identidade do Sisal (Universidades, Movimentos Sociais, Municípios).

Ante o exposto, tem-se a seguinte indagação: qual o olhar dos gestores da EJA em relação a Gestão Social da Educação de Jovens e Adultos no Território de Identidade do Sisal – Bahia?

2 Caracterização do Território de Identidade do Sisal - Bahia

A partir das concepções de Território e de Sociedade de Milton Santos (2000, 2002) arranjos sociais e locais de cada região se organizam em unidades de planejamento e constituição de suas especificidades, e representam os espaços de vida dos que se constituem. Assim, surgem os Territórios de Identidades em todos os estados brasileiros.

Nesse contexto, o estado da Bahia, institui a lei 13.214 de 29 de Dezembro de 2014 que estabelece as diretrizes e os objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia nos seguintes princípios: função socioambiental da propriedade, da participação social, da cooperação, da dignidade humana, do desenvolvimento sustentável, da solidariedade, da justiça social e ambiental.

O Território de Identidade do Sisal (TIS) na Bahia, a partir de tais princípios, terá políticas públicas de enfrentamento das desigualdades abrangendo uma área de 21.256,50 Km² composta por 20 municípios: Barrocas, Biritinga, Conceição do Coité, Ichu, Lamarão, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Tucano, Araci, Candéal, Cansanção, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Serrinha, Teofilândia e Valente.

A população total do território é de 582.331 habitantes, dos quais 333.149 vivem na área rural, o que corresponde a 57,21% do total. A área possui 58.238 agricultores familiares, 2.482 famílias assentadas, duas comunidades quilombolas e uma terra indígena na área limítrofe com o Território de Identidade Nordeste II, sendo seu IDH médio de 0,60 (BELTRÃO, 2010). Uma das atividades basilares agrícolas do território, em alguns municípios, decorre do plantio e beneficiamento do sisal. Seu cultivo é desenvolvido em pequenas propriedades rurais e o processo de extração da fibra é praticado de modo semiartesanal, com imensos riscos para a saúde dos trabalhadores; têm gerado, ao longo do tempo, grande número de mutilados adultos, como também volumoso número de crianças, em decorrência do nível de pobreza das famílias (BELTRÃO, 2010).

A seguir serão explicitadas algumas características dos Municípios *lócus* da pesquisa: Araci, Conceição do Coité, São Domingos, Santaluz, Serrinha e Valente. Todos eles estão situados no Território de Identidade do Sisal, Estado da Bahia – Brasil.

Segundo as informações fornecidas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), (2014), o município de Araci foi criado pelo Ato

Estadual s/nº de 13/12/1890, possui uma área de 1.556,10 km², uma população de 51.651 (Homens 25.940 e Mulheres 25.711) habitantes e fica a 210 km de Salvador, capital baiana.

O município de Araci fica situado na Mesorregião do Nordeste Baiano e na Microregião de Serrinha ou popularmente chamado Região Sisaleira, se limita ao norte com os municípios de Tucano e Quijingue; ao sul Teofilândia e Barrocas; a leste Biritinga e Tucano e a oeste Santaluz. Possui as seguintes características: Coordenadas geográficas: latitude 11° 19' 58" s e longitude 38° 58' 1" w.; Altitude: 272 m; Clima: Semiárido, quente durante maior parte do ano; Temperatura média anual (°C): 24,8; Período chuvoso: novembro a maio; Pluviosidade anual (mm): 664,8; 2.2.3; Vegetação: Caatinga Arbórea Aberta, sem palmeiras, Caatinga Arbórea Aberta, com palmeiras, Contato Cerrado-Caatinga e Cerrado Arbóreo Aberto, sem Floresta-de-Galeria (SEI, 2014).

Em relação ao número de Escolas que oferecem o Curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA), o relatório da SEI (2014) informa que em 2011 o município de Araci dispunha de 46 escolas, sendo 12 na zona urbana e 34 a zona rural.

De acordo com as informações fornecidas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), (2014), o município de Conceição do Coité está situado na Mesorregião Geográfica denominada Nordeste Baiano, Microrregião Geográfica: 16. Serrinha, Região Econômica: 06. Nordeste. O município foi criado pelo Ato Estadual s/nº de 18/12/1890, Lei Vigente: nº 628 de 30/12/1953. Publicada no DOE de 11/12/1954. Limita-se com os Municípios de Araci, Ichu, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santaluz, Serrinha e Barrocas.

Conceição do Coité possui uma Área (Km²) de 1.016,0, altitude (m) 440, distancia da Capital (Km) 207, Latitude Sul -11o33'50'', Longitude Oeste 39o16'58''. O clima é Semiárido, com temperatura média anual (°C): 23,8 e o período chuvoso corresponde os meses de novembro a março, pluviosidade anual (mm): 552,5, (SEI, 2014).

A vegetação do referido município é composta por Caatinga Arbórea Aberta, com palmeiras e Contato Caatinga-Floresta Estacional. A população (em 2010) era de 62.040 habitantes (zona urbana 36.278 hab., zona rural 25.762 hab.) e a Densidade Demográfica (hab./km²) é de 61,06. Em 2011 Conceição do Coité dispunha de 13 escolas que ofereciam a EJA, sendo 7 na cidade e 6 no campo, com 1.656 estudantes matriculados (SEI, 2014).

O Município de Santaluz fica localizado na Mesorregião Geográfica do Nordeste Baiano, Microrregião Geográfica número 16 – Serrinha e pertence ao Território de Identidade número 04 – Sisal, Incluído na Região Semiárida. Foi criado pela Lei nº 9.601 de 18/07/1935, Lei Vigente: nº 628 de 30/12/1953. Pertencia originalmente ao Município de Queimadas. Limites Intermunicipais: Araci, Cansanção, Conceição do Coité, Gavião, Nordestina, Queimadas, São Domingos, São José do Jacuípe e Valente. Possui uma área de 1,559,70 Km², a latitude sul é 11o15'21", latitude oeste 39o22'29", altitude de 370m e fica a 257 de Salvador, capital da Bahia – BR (SEI, 2014).

O Clima do Município de Santaluz é Semiárido, temperatura média anual (°C) é de 24,0, período chuvoso o corre de novembro a março, a pluviosidade anual (mm) é de 537,9 e a vegetação é composta por Caatinga Arbórea Aberta, com palmeiras, Contato Caatinga-Floresta Estacional e Caatinga Arbórea Aberta, sem palmeiras. A população, segundo o censo de 2010, é formada por 33.838, sendo 20.795 na zona urbana e 13.043 na zona rural, com um total de 16.620 e 17.218 mulheres. Segundo dados de 2011, este município possui 13 escolas que oferecem a EJA, com 1.071 estudantes matriculados (SEI, 2014).

Tendo em vista a regionalização, o Município de São Domingos fica localizado na Mesorregião Geográfica intitulada de Nordeste Baiano, Microrregião Geográfica número 16 – Serrinha, vinculado ao Território de Identidade número 04 – Sisal. Foi criado pela Lei nº 5.005 de 13/05/1989, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) em 14/06/1989. Pertencia originalmente ao Município Valente. Limita-se com os Municípios de Gavião, Nova Fátima, Retirolândia, Santaluz, Valente e Riachão do Jacuípe. Possui uma área (Km²) 326,90, Latitude Sul -11o27'56", Longitude Oeste 39o31'34", Altitude (m) 310, Distancia da Capital (Km) 245 (SEI, 2014).

O Tipo Climático de São Domingo é Semiárido, com uma Temperatura média anual (°C): 23,9, período chuvoso de novembro a dezembro, pluviosidade anual (mm) de 508,3 e a vegetação é constituída por Caatinga Arbórea Aberta, com palmeiras, Caatinga Arbórea Aberta, sem palmeiras e Contato, Caatinga-Floresta Estacional. A população, segundo o censo de 2010, é de 9.245,91 26 habitantes sendo 5.916 na zona urbana e 3.310 na zona rural, num total de homens e 4.635 mulheres. De acordo com o censo de 2011, o referido município dispõe de cinco escolas que atendem a EJA, com 306 estudantes matriculados (SEI, 2014).

O Município baiano intitulado Serrinha, está localizado na Mesorregião Geográfica do Nordeste Baiano e na Microrregião Geográfica número 16 - Serrinha.

Pertence ao Território de Identidade número 04 – Sisal e foi criado mediante a Lei nº 1.069 de 13/06/1876. Pertencia ao Município de Irará e tem os seguintes Limites Intermunicipais: Barrocas, Biritinga, Conceição do Coité, Ichu, Lamarão e Teofilândia. Possui uma área de 658,90 Km², a Latitude Sul -11o39'51'', a Longitude Oeste é 39o00'27'', altitude de 379m e distancia da Capital baiana (Salvador) é de 180 Km (SEI, 2014).

O clima do município de Serrinha é de Subúmido a seco, com temperatura média anual de 23,6 °C e o período de chuva ocorrem entre os meses de novembro a julho. Possui a seguinte vegetação: Contato Caatinga-Floresta Estacional e Caatinga Arbórea Aberta, sem palmeiras. A população, segundo o censo de 2010, era de 76.762 habitantes, sendo 47.188 na zona urbana e 29.574 na zona rural, com um total de 37.680 homens e 39.082 mulheres. Segundo o censo de 2011 o citado município possui 75 escolas que oferecem a EJA, atendendo a 4.561 estudantes matriculados (SEI, 2014).

O município de Valente está localizado na Mesorregião Geográfica denominada Nordeste Baiano, na Microrregião Geográfica número 16 – Serrinha, Território de Identidade número 04 – Sisal. Foi criado pela Lei nº 1.016 de 12/08/1958, publicada no DOE de 14/08/1958. O município de Origem foi Conceição do Coité. Os Limites Intermunicipais: Retiroândia, Santaluz e São Domingos. Possui uma área 384,30 Km², com Latitude Sul de-11o24'44'' e Longitude Oeste de 39o27'43''. Tem uma Altitude 358m e a Distancia da Capital baiana é de 237Km (SEI, 2014).

O clima do município de Valente-BA é Semiárido com uma Temperatura média anual de 23,9 °C. O Período chuvoso acontece nos meses de novembro a dezembro. A vegetação é composta pela Caatinga Arbórea Aberta com palmeiras. A população, segundo o censo de 2011, é de 24.560 habitantes, sendo 13.487 moradores da urbana e 11.073 da zona rural, perfazendo um total de 12.152 homens e 12.408 mulheres. De acordo com o censo de 2011, o município em pauta possui 7 escolas que oferecem a modalidade de ensino da EJA, com 634 estudantes matriculados (SEI, 2014).

Ante o exposto, verifica-se que as características específicas dos municípios *locus* da pesquisa influenciam nas especificidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA), marcadas pelas diversidades de sujeitos, percursos pedagógicos e intervenções de políticas públicas.

A cultura do sisal que se instalou aos poucos no princípio do século XX na Bahia era utilizada para diversos fins: na produção de barbantes, cordas, cordões, cabos marítimos, entre outros. De acordo com o Instituto Brasileiro de Administração

Municipal (IBAM, 2007), o Brasil é o maior produtor e exportador mundial de fibras e manufaturados de sisal, com aproximadamente 70% da exportação mundial, tendo como seus principais mercados os Estados Unidos, China e Portugal.

De acordo com o relatório, o sisal (*Agave sisalana*) foi introduzido em 1903 nos municípios de Madre de Deus e Maragogipe, no Recôncavo Baiano, provavelmente vinda da Flórida (EUA) através de uma empresa norte-americana. No entanto, só a partir da década de 1930 é que se inicia uma produção de mudas e campos de experimentação.

Com a implantação de dois campos experimentais, um em Feira de Santana e o outro em Nova Soure foram sendo distribuídas mudas para a Bahia e Sergipe, e o cultivo expandiu-se para o atual território do sisal na década de 1940. Ainda de acordo com o estudo de caso realizado pelo IBAM, atualmente, na Bahia, são 36 municípios produtores de sisal, cuja atividade envolve mais de 700 mil pessoas. O estudo informa que “o sisal, em determinadas regiões semiáridas de baixas aptidões, tem se tornado muito mais importante do ponto de vista social do que econômico” (IBAM, 2007, p. 11).

Ao lado disso, a pequena produção familiar se fortalece a despeito dos que acreditaram que iria desaparecer, e o sindicalismo tradicional dos trabalhadores rurais, que em alguns casos agia de forma puramente assistencialista, se modificou e passou a atuar junto aos pequenos produtores familiares. O Território de Identidade do Sisal, historicamente, foi forjado pelas mãos dos criadores de gado e da pequena produção agrícola. A economia desse território, segundo Silva e Silva (2001, p. 7) “caracteriza-se por sua antiga base pecuária apoiada no latifúndio, pelo sisal, introduzido na Bahia no início do século XX, em médias e pequenas propriedades, e pela agricultura de subsistência, em minifúndios”.

Esse processo de desenvolvimento da economia do sisal não foi acompanhado por uma política educacional efetiva no território, apresentando historicamente índices elevados de pessoas não alfabetizadas. Essa ausência de educação no campo foi arrastando-se ao longo do século XX nessa região. As áreas tinham um potencial socioeconômico incrível, mas ficaram amarradas a baixos investimentos e poucas ações efetivas locais, estaduais e federais no campo da educação. Nos últimos anos, no entanto, vêm sendo feito esforços significativos na educação no campo através dos movimentos sociais, das organizações locais, e graças ao papel da universidade pública importante na formação de docentes e discentes voltados para essa área.

O Nordeste brasileiro ainda em pleno século XXI apresenta os piores índices no quesito Educação de Jovens e Adultos conforme o Atlas do Censo Demográfico do IBGE

(IBGE, 2010, p. 110). Nesta região tem ocorrido uma redução nos últimos trinta anos de cerca de 50% do número de pessoas não alfabetizadas, ou seja, de 45% em 1980, para quase 20% em 2010. Embora seja uma boa marca, revela ainda para os dias atuais um percentual crítico e continua com os índices mais altos e diferenciados em relação às outras regiões do país.

No campo do semiárido nordestino, essa situação se apresenta ainda com mais intensidade. Os trabalhadores rurais, os pequenos sítiantes e pequenos proprietários rurais foram sistematicamente e historicamente afastados da condição de escolarização. O isolamento provocado pelos baixos investimentos refletiu-se no descaso pela educação do homem do campo. O censo demográfico de 2010, a nível regional, mostra perfeitamente esse quadro preocupante para um país cuja economia está entre as dez maiores do mundo. É impensável que haja desenvolvimento social com esses números na educação. De qualquer modo, não se precisa de apenas índices e estatísticas: é preciso outra educação, solidária, coletiva, sustentável.

O nome Território de Identidade do Sisal provém da cultura do sisal que aos poucos se instalou, no início do século XX, na Bahia. Era utilizada para a produção de barbantes, cordas, cordões, cabos marítimos, entre outros. Atualmente, o sisal não permanece como o único material utilizado para esse fim, devido ao desenvolvimento de outros produtos sintéticos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), o Brasil é o maior produtor e exportador mundial de fibras e produtos manufaturados de sisal, com cerca de 70% da exportação mundial, tendo como seus principais mercados os Estados Unidos, China e Portugal (NUNES; SANTOS; BARRETO, 2015).

O sisal, cujo nome científico é *agave sisalana*, foi trazido para o Brasil em 1903, nos municípios de Madre de Deus e Maragogipe, no Recôncavo Baiano, vinda provavelmente da Flórida (EUA), por meio de uma empresa norte-americana. Porém, só a partir da década de 1930 é que se deu início a uma produção de mudas e implantação de dois campos experimentais, um em Feira de Santana e o outro em Nova Soure, também foram distribuídas mudas para Sergipe, e o cultivo se expandiu para o presente território, na década de 1940 (NUNES; SANTOS; BARRETO, 2015).

3 A PESQUISA QUANTITATIVA DO OBEJA

A pesquisa quantitativa teve como finalidade traçar o perfil geral da EJA nos seis municípios pesquisados. A pesquisa envolveu a aplicação de 695 questionários em 40

escolas públicas estaduais e municipais, sendo 25 escolas na zona rural e 15 na zona urbana. Desse total, 577 foram de estudantes, 65 de professores, 46 de gestores e 7 de coordenadores. A pesquisa foi iniciada em abril de 2013 e concluída em dezembro do mesmo ano. Neste período, realizou-se a elaboração dos questionários, formação e treinamento da equipe e realização de um pré-teste para aperfeiçoamento dos questionários e aplicação dos mesmos. Essa amostra possui índice de confiança de 95%, adotando uma margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Foram elaborados quatro modelos de questionários destinados aos estudantes, professores, coordenadores de EJA e gestores das escolas contendo informações sobre o perfil dos entrevistados, os insumos financeiros e a infraestrutura da escola, a gestão pedagógica, o projeto educacional e processos de avaliação, ensino e aprendizagem, formação continuada, demanda e fluxos escolar e relações no espaço escolar (conforme anexo A). Após a aplicação desse instrumento, os dados foram tratados no programa Microsoft Excel 2013, através da construção do banco de dados e das tabelas dinâmicas. Serão enviados em anexo deste relatório cerca de 1.200 (mil e duzentos) gráficos, apresentando um quadro detalhado sobre a EJA no território.

A equipe que participou da pesquisa quantitativa era formada por um bolsista de doutorado (PPGEduC), um de mestrado (PPGEduC), três estudantes de graduação da UNEB de Conceição de Coité e três professores da Educação Básica, dos municípios de Valente, Conceição de Coité e Serrinha. Contamos com a participação de dois estatísticos que nos assessoraram na definição da amostra e na tabulação dos dados. Os pesquisadores foram treinados no uso de um pacote estatístico SPSS e no Excel para entender a base de dados do INEP, do IBGE e da própria base de dados construída pelo OBEJA.

Após a aplicação, os dados foram compilados, formatados, analisados, comparados e publicados sob a fundamentação dos pressupostos teóricos, metodológicos e técnicos que modelam qualitativa e quantitativamente esse trabalho. A amostra da pesquisa nos seis municípios foi distribuída da seguinte forma:

Tabela 2 - Distribuição de questionários aplicados por municípios

| Município | Números de questionários aplicados |
|------------------|---|
|------------------|---|

| | Discentes | Docentes | Gestores |
|--------------------|------------------|-----------------|-----------------|
| Araci | 150 | 13 | 12 |
| Conceição do Coité | 78 | 11 | 07 |
| Santaluz | 70 | 06 | 04 |
| São Domingos | 09 | 03 | 01 |
| Serrinha | 234 | 28 | 19 |
| Valente | 33 | 04 | 03 |
| Total | 577 | 65 | 46 |

Fonte: OBEJA, 2013

4 CARACTERIZAÇÃO DOS GESTORES E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE A ESCOLA

A pesquisa foi realizada nos seis municípios com 46 gestores escolares assim distribuídos: 19 em Serrinha, 12 em Araci, 7 em Conceição do Coité, 4 em Santaluz, 3 em Valente e 1 em São Domingos. Desse total, 72,9% são mulheres e 54,3% são gestores de escolas localizadas na zona rural. Vale ressaltar, que 25,6% dos entrevistados estão na faixa etária entre 39 a 43 anos; a segunda maior faixa etária, ou seja, a dos gestores com mais de 51 anos, representam 20,9%. As faixas etárias intermediárias que compreendem dos 29 a 33 e dos 34 a 38 anos possuem o mesmo percentual equivalente a 16,3%. Em relação à cor/raça 58,1% declararam-se pardos, 27,9% como brancos e 14% como negros.

A grande maioria dos gestores (74,4%) possui nível universitário completo e 25,6% não têm nível superior. Outro dado relevante diz respeito ao fato de que 72,1% dos gestores trabalham em uma única escola. No que se refere ao vínculo empregatício, constatou-se na pesquisa que 69,8% dos gestores são concursados, sendo 30% deles contratos temporários. Ficou evidenciado na pesquisa que 86% dos gestores não têm formação na área de EJA. Quando perguntado sobre o tempo de atuação como gestor, 74% informaram terem menos de três anos na função. Uma questão que merece destaque refere-se à formação da equipe gestora, pois em sua maioria (74,4%) ascendeu ao cargo de direção por indicação política.

Sobre a oferta da EJA nas escolas, 55,8% dos gestores disseram que é a Secretaria de Educação que define a oferta da modalidade em EJA, ressaltando-se que 39,5% o foram por demanda da comunidade. No sistema educacional dos seis municípios pesquisados, identificamos a ausência de coordenadores pedagógicos para EJA em 67,4%

das escolas. Mais da metade dos gestores (55,8%) assinalaram que as secretarias de educação não oferecem cursos de formação continuada.

Os recursos públicos são repassados para as escolas regularmente, assim afirmam os gestores em sua quase totalidade. Dos recursos disponíveis para a Escola, 57,1% são provenientes do governo federal. A pesquisa também revela que em sua maioria as escolas também recebem recursos do Programa de Dinheiro Direto na Escola (PPDE). Por outro lado, 65,1% das escolas recebem o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), indicando que essas possuem baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Embora seja obrigatória toda escola ter colegiado escolar, apenas 65,1% das escolas o possuem, além disso, quando indagado se o colegiado escolar tem à sua disposição informações sobre a EJA para que possa realizar proposições para essa modalidade, 81,5% dos gestores responderam afirmativamente. Sobre o Projeto Político Pedagógico 74,4% dos gestores informaram possuir PPP. Nas escolas que possuem PPP, 75,6% desses documentos contemplam a EJA. Sobre a relação da comunidade com a escola, 86% dos gestores informaram que se articulam com instituições do município e/ou da comunidade.

Sobre a violência física e verbal nas escolas, mais da metade dos entrevistados informaram que não ocorrem, sendo que 88,4% realizam atividades educativas que favorecem a resolução de conflitos e o enfrentamento de questões de discriminação. Todos os gestores informaram que as escolas são receptivas para com a comunidade. Um percentual elevado de gestores (86%) afirmou que a comunidade do entorno escolar participa de atividades culturais, recreativas e esportivas promovidas pela escola.

As informações referentes aos gestores escolares apresentam a realidade da EJA do ponto de vista daqueles que institucionalmente são os responsáveis para a boa gestão escolar.

Nesses termos, alguns desses dados mostraram que uma parte considerável dos gestores não possui o nível universitário, assim como que nem todos os gestores são concursados e, em geral, ocupam esses cargos por indicação política. As informações prestadas sobre a participação da comunidade na escola ou da escola na comunidade são, em certa medida, sobrevalorizadas, ao contrário daquilo que os estudantes e os professores informaram. A ausência de Projetos Políticos Pedagógicos em algumas dessas escolas também se soma a ao quadro deficitário da EJA nos municípios pesquisados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, no estado da Bahia, efetivamente, importantes esforços vêm sendo feitos na educação do campo através de movimentos sociais e organizações não governamentais, e também pelo valioso papel das universidades públicas na formação de docentes e discentes voltados para essa área. Com essa experiência em campo da equipe de pesquisadores do OBEJA percorreu-se diversas trilhas buscando alternativas, procurando conhecer o mundo dos signos e sinais comunicacionais que conduzem a EJA no Território Identidade do Sisal.

A caracterização e percepção dos gestores indicam a necessidade de desenvolver ações com a finalidade de proporcionar maior gestão social no presente Território, mediante a (re) formulação das Políticas Públicas tais como: estímulo ao fomento de museus, teatros, bibliotecas e cinemas; criação dos centros de formação e realização de cursos extra-escolares; investimento adicional na qualificação (infraestrutura, pessoal, relacional e formativa) das escolas municipais e estaduais e melhoria nas suas vias de acesso.

6 REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. In: CONSTRUÇÃO coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO; MEC; RAAAB, 2005.
- BELTRÃO, Selma Lúcia Lira. **A construção do diálogo interinstitucional para o desenvolvimento territorial rural sustentável**: estratégias comunicativas e de participação no Território do Sisal, Bahia. Dissertação (Mestrado)-Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- IBGE. **Atlas do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM). APAEB Valente – **Desenvolvimento sustentável da região sisaleira** – Valente-Bahia: estudo de caso. Rio de Janeiro: IBAM, 2007. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/estudoapaeb.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2014.
- NUNES, Eduardo José Fernandes; SANTOS, Marcos César Guimarães dos; BARRETO, Maria Raidalva Nery. O Observatório de Educação de Jovens e Adultos e a educação popular no Território do Sisal – Bahia. **Revista da FAEBA** – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 24, n. 43, p. 171-182, jan./jun. 2015
- SANTOS, Milton. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002.

SILVA, Silvio B. M.; SILVA, Bárbara-Christine N . Reinventando o território: tradição e mudança na região do sisal-Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano 3, n. 5, 2001. Disponível: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/612/453>> . Acesso: 10 nov. 2014.